

## AGÊNCIA REGUL.DE SERV.PÚBLICOS DO EST.DE AL

Outro 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	926248-AGÊNCIA REGUL.DE SERV.PÚBLICOS DO EST. DE AL	MARIA KAROLINA DE OLIVEIRA SILVA	14/05/2026 13:37 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Não se aplica/Não se aplica		49070.0000001633/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de aquisição de 02 (dois) smartphones Apple, modelo iPhone 17 Pro Max, novos, de primeiro uso, e 02 (dois) carregadores rápidos originais, homologados pela Anatel, destinados à Assessoria de Comunicação (ASCOM) da ARSAL. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		<b>Smartphone: iPhone 17 Pro Max</b>  Armazenamento Interno: 2TB; Tipo de Tela, Super Retina XDR; Tamanho da Tela: 6,9”; Resolução da Tela: 2868 x 1320 pixels a 460 ppp; Rede Móvel: 5G; Conectividade: Wi-Fi 7, Bluetooth 6, NFC com modo leitura, Cartões expressos; Localização: GPS; Processador: A19 Pro; Sistema Operacional: iOS 26; Quantidade de Chips: Dual Chip; Tipo de Chip: Nano SIM e e-SIM; O aparelho deve vir acompanhado de cabo USB-C, compatível com recarga rápida (USB 3) para transferências até 20x mais rápidas; Sistema de câmera Fusion de 48 MP (Retratos de última geração com o Controle de Foco e de Profundidade, Fotografia macro; Dolby Vision, Níveis de zoom óptico até 8x;) ; Fusion principal de 48 MP; Câmera Fusion ultra-angular de 48 MP, Câmera				

01	625691	Fusion teleobjetiva de 48 MP; Fotos em altíssima resolução: (24 MP e 48 MP) Flexibilidade para enquadrar. Selfies em grupo mais inteligentes. Vídeo com Captura Dupla para gravação simultânea das câmeras frontal e traseira; Capacidade da Bateria: Bateria interna recarregável de íon de lítio (Até 37 horas de reprodução de vídeo); Material: Estrutura unibody de alumínio. Parte da frente em Ceramic Shield 2 (4x mais resistente a rachaduras). Parte de trás em Ceramic Shield; Desbloqueado para qualquer operador; Certificado e Homologado pela Anatel; Certificações: Classificado como IP68 (profundidade máxima de seis metros por até 30 minutos) segundo a norma IEC 60529; Peso: 231g, Peso do Produto com Embalagem: 419g; Dimensões do Produto: Largura 7,8cm Altura 16,34cm Profundidade 0,87cm; Dimensões do Produto com Embalagem: Largura 9,56cm Altura 18,18cm Profundidade 2,9cm; Garantia de 01 ano (sendo 3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante); Idiomas do Menu: Português/Brasil; Possuir 2 sensores de luz ambiente.	UND	02	R\$ 20.158,93	R\$ 40.317,86
02	633625	<b>Adaptador de energia USB-C de 30W</b>  Carregador Adaptador de energia USB-C para recargas rápidas do Smartphone, apropriado para o iPhone 17 Pro Max, uma vez que o mesmo não vem com o carregador, sendo necessário adquirir por fora, proporcionando uma carregamento de até três vezes maior do que os carregadores convencionais de 5W; Tecnologia GaN para seus aparelhos Apple; Design compacto e portátil; com Cabo de 1,5m incluído; Altura: 2,9 cm, Comprimento: 2,9 cm, Largura: 5,1 cm; Conexões: USB-C; Fonte de energia bivolt 100V-240V.	UND	02	R\$ 524,42	R\$ 1.048,84

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. A aquisição de equipamentos tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. Objeto da contratação e Quantitativos:

2.1.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico neste Termo de Referência.

2.1.2. No que se refere aos objetos e às respectivas estimativas de quantitativos a serem contratados, devem ser observadas as disposições constantes da tabela demonstrada neste Termo de Referência.

2.2. Identificação da Necessidade

2.2.1. A presente fundamentação tem por objetivo demonstrar a necessidade de aquisição de 02 (dois) smartphones da marca Apple, modelo iPhone 17 Pro Max, bem como de 02 (dois) adaptadores de energia USB-C de 30W originais compatíveis, destinados à Assessoria de Comunicação (ASCOM) da ARSAL, unidade responsável pela produção, registro e gestão do conteúdo institucional da Agência.

2.3. Alinhamento Legal e Principiológico

2.3.1. A contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como aos arts. 5º, 6º e 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.2. A motivação da contratação decorre do aumento contínuo das demandas institucionais relacionadas à produção de conteúdo audiovisual de alta qualidade, indispensável ao cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e transparência administrativa, bem como ao fortalecimento da comunicação institucional da ARSAL perante a sociedade, usuários dos serviços regulados e entes fiscalizados.

2.4. Diagnóstico da Situação Atual e Justificativa Técnica

2.4.1. A Assessoria de Comunicação da ARSAL dispõe atualmente de apenas um smartphone — modelo iPhone 11, com 128 GB de armazenamento — cedido em regime de comodato mediante solicitação da Presidência da ARSAL junto à AMGESP, formalizada por meio do Processo SEI nº 49070.0000003493/2023.

2.4.2. O equipamento atualmente utilizado apresenta sinais evidentes de desgaste funcional e defasagem tecnológica, registrando ocorrências frequentes de lentidão, travamentos, superaquecimento e insuficiência de armazenamento, encontrando-se na iminência de interrupção definitiva de seu funcionamento, circunstância que representa risco concreto à continuidade das atividades desempenhadas pela ASCOM.

2.4.3. As limitações operacionais do equipamento atualmente utilizado já ocasionaram prejuízos efetivos às atividades institucionais. Em ocasião recente, houve necessidade de interrupção da gravação de programa institucional semanal em razão da ausência de espaço de armazenamento disponível, ocasionando a corrupção e perda irreversível do arquivo gerado, comprometendo a eficiência das atividades e a qualidade dos materiais institucionais produzidos.

2.4.4. A ARSAL ampliou significativamente suas áreas de atuação regulatória, abrangendo os setores de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Gás Canalizado, Saneamento e Energia Elétrica, circunstância que provocou aumento expressivo das demandas relacionadas à cobertura audiovisual de eventos, reuniões técnicas, audiências públicas, agendas externas, campanhas institucionais e produção de conteúdo digital.

2.4.5. Atualmente, a Assessoria de Comunicação da ARSAL desempenha atividades relacionadas à gravação de vídeos institucionais, produção de conteúdos para redes sociais, cobertura de eventos e agendas externas, realização de entrevistas institucionais, captação de imagens e áudios em alta resolução, envio de informações institucionais por listas de transmissão, produção de campanhas audiovisuais destinadas à televisão e mídias digitais, bem como gerenciamento de arquivos oriundos de gravações em alta definição.

2.4.6. O uso de apenas um aparelho celular para atendimento simultâneo das demandas internas e externas da Assessoria mostra-se insuficiente diante do volume crescente de atividades institucionais, limitando a cobertura operacional da unidade e comprometendo a agilidade e eficiência das entregas.

2.4.7. A aquisição de 02 (dois) dispositivos justifica-se pela necessidade de possibilitar a execução simultânea de atividades institucionais, permitindo maior capacidade operacional à ASCOM e assegurando continuidade, eficiência e qualidade na produção dos conteúdos institucionais.

2.4.8. A especificação de dispositivos com capacidade de armazenamento de 2TB mostra-se necessária em razão do elevado volume de arquivos produzidos diariamente pela Assessoria, especialmente vídeos em alta resolução (4K), imagens institucionais, materiais publicitários e conteúdos audiovisuais destinados às redes sociais e emissoras de televisão.

2.4.9. Após análise comparativa das soluções tecnológicas disponíveis no mercado, verificou-se que o modelo iPhone 17 Pro Max apresenta maior aderência às necessidades institucionais da ASCOM, destacando-se pela qualidade superior na captação de imagem e áudio, estabilidade operacional, elevado desempenho em processamento, integração entre hardware e software, confiabilidade do sistema iOS e excelência na gravação de vídeos em padrão profissional.

2.4.10. Embora outros dispositivos de alto desempenho estejam disponíveis no mercado, a exemplo do Samsung Galaxy S26 Ultra, verificou-se que o modelo escolhido apresenta desempenho mais adequado às necessidades específicas da Assessoria de Comunicação, especialmente quanto à produção audiovisual institucional, estabilidade durante gravações prolongadas, processamento de imagem e integração com o ecossistema tecnológico já utilizado pela unidade.

2.4.11. A adoção de dispositivos da marca Apple também se justifica sob o aspecto da padronização tecnológica, proporcionando maior compatibilidade com softwares de edição, aplicativos institucionais, fluxos operacionais e integração entre equipamentos, além de contribuir para redução de custos indiretos relacionados à adaptação tecnológica, suporte e treinamento.

2.4.12. Os fatores técnicos e operacionais acima descritos demonstram que a solução proposta atende de forma adequada, eficiente e proporcional às necessidades institucionais da ARSAL, configurando-se como alternativa tecnicamente vantajosa para fortalecimento das ações de comunicação institucional.

## 2.5. Dos Acessórios Essenciais

2.5.1. Os adaptadores de energia USB-C de 30W originais constituem acessórios indispensáveis ao pleno, seguro e eficiente funcionamento dos equipamentos. Ressalta-se que o iPhone 17 Pro Max não inclui carregador em sua embalagem original, sendo necessária a aquisição separada dos referidos acessórios, os quais garantem segurança operacional, eficiência na recarga com velocidade até três vezes superior aos carregadores convencionais, preservação da vida útil das baterias e manutenção da garantia de fábrica dos dispositivos.

## 2.6. Da indicação de Marca e sua Fundamentação Legal

2.6.1. A indicação de marca específica encontra respaldo no art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo devidamente justificada por critérios técnicos objetivos e verificáveis.

2.6.1.1. Necessidade de padronização do objeto (art. 41, inciso I, alínea “a”): a utilização de dispositivos pertencentes ao mesmo ecossistema tecnológico já empregado pela ASCOM assegura uniformidade operacional, compatibilidade de softwares, integração entre equipamentos, otimização dos fluxos de trabalho e redução de custos indiretos relacionados ao suporte técnico e adaptação tecnológica.

2.6.1.2. Atendimento pleno às necessidades institucionais (art. 41, inciso I, alínea “c”): o modelo indicado apresenta características técnicas superiores e compatíveis com as atividades institucionais da ASCOM, destacando-se na produção audiovisual profissional, estabilidade operacional, qualidade de captação de áudio e vídeo e confiabilidade do sistema operacional.

2.6.2. A presente justificativa observa rigorosamente o dever de motivação dos atos administrativos, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 50 da Lei Federal nº 9.784/1999.

2.6.3. Ressalta-se, ainda, que a indicação da marca não compromete a competitividade do certame, considerando que os equipamentos são amplamente comercializados no mercado nacional por diversos fornecedores, sendo plenamente viável a ampla concorrência no procedimento licitatório.

## 2.7. Conclusão e Caracterização da Necessidade

2.7.1. Diante do exposto, resta demonstrada a necessidade da contratação como medida adequada, necessária e proporcional ao interesse público, destinada ao fortalecimento da estrutura operacional da Assessoria de Comunicação da ARSAL, assegurando melhores condições para produção, registro e divulgação das ações institucionais com qualidade, eficiência, continuidade e elevado padrão técnico.

## 2.8. Da Inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA 2026)

2.8.1. Embora a aquisição não tenha constado inicialmente no PCA 2026, sua inclusão foi devidamente autorizada pela Diretoria da Presidência — DIP, em conformidade com a legislação vigente.

2.8.2. A alteração justifica-se pela necessidade superveniente decorrente da defasagem tecnológica dos equipamentos atuais e do aumento das demandas institucionais, tornando indispensável a modernização dos recursos disponíveis para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela ASCOM.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A contratação prevê a aquisição de 02 (dois) smartphones Apple iPhone 17 Pro Max e 02 (dois) carregadores rápidos originais, destinados à modernização das atividades da ASCOM da ARSAL. Os equipamentos serão utilizados na produção, edição e publicação de conteúdos audiovisuais institucionais, garantindo maior mobilidade, qualidade e eficiência operacional. A padronização da solução assegura compatibilidade, estabilidade e integração entre os dispositivos utilizados pela unidade.

3.2. Os equipamentos deverão possuir elevado desempenho operacional, sistema avançado de câmeras, alta capacidade de armazenamento, estabilidade e integração entre hardware e software, permitindo captação de imagens e vídeos em alta qualidade. Os dispositivos deverão suportar a execução simultânea de aplicativos, processamento eficiente de conteúdos audiovisuais e atualizações contínuas de segurança, garantindo confiabilidade e produtividade nas atividades institucionais. Os carregadores rápidos originais deverão assegurar eficiência energética, segurança e maior durabilidade dos equipamentos.

3.3. O ciclo de vida da solução compreende o recebimento, configuração e utilização dos equipamentos nas atividades institucionais da ASCOM, com vida útil estimada entre 48 e 60 meses. Inclui ainda suporte técnico, atualizações de sistema e manutenção preventiva voltados à preservação do desempenho e da segurança operacional. Ao final da vida útil, os equipamentos deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente e as práticas de sustentabilidade aplicáveis.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2. Especificação técnica:

Os aparelhos deverão possuir, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

- Armazenamento interno de 2TB;
- Tela Super Retina XDR de 6,9 polegadas, com resolução de 2868 x 1320 pixels a 460 ppp;
- Processador A19 Pro e sistema operacional iOS 26;
- Conectividade 5G, Wi-Fi 7, Bluetooth 6 e NFC com modo leitura;
- Sistema de localização GPS integrado;
- Dual Chip, com suporte para Nano SIM e e-SIM;
- Sistema de câmeras traseiras Fusion de 48 MP (principal, ultra-angular e teleobjetiva), com recursos avançados de fotografia e vídeo, incluindo gravação em Dolby Vision, modo retrato com controle de profundidade, fotografia macro e zoom óptico de até 8x;
- Câmera frontal com capacidade para gravação simultânea com a câmera traseira (captura dupla);
- Capacidade de gravação de fotos em alta resolução (24 MP e 48 MP);
- Bateria interna recarregável de íon de lítio, com autonomia de até 37 horas de reprodução de vídeo;
- Estrutura unibody em alumínio, com proteção Ceramic Shield 2 na parte frontal e traseira;
- Certificação de resistência IP68, conforme norma IEC 60529;
- Peso aproximado de 231g;
- Dimensões aproximadas de 7,8 cm x 16,34 cm x 0,87 cm;
- Equipamento desbloqueado para uso em qualquer operadora;
- Idioma do sistema em Português (Brasil);
- Presença de, no mínimo, 02 sensores de luz ambiente.

4.2.1. Os equipamentos e respectivos acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer utilização prévia, entregues em embalagem original lacrada, contendo todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações descritas, garantindo desempenho adequado às atividades institucionais da Ascom da Arsal.

4.2.2. Os dispositivos deverão ser fornecidos acompanhados de cabo USB-C, compatível com recarga rápida (USB 3), possibilitando transferências de dados em alta velocidade.

4.3. Subcontratação:

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 Garantia da contratação:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1 Condições de entrega:**

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua Engenheiro Roberto Gonçalves de Menezes, nº 149, 1º andar, Centro, Maceió /AL, CEP: 57020-680.

### **5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.2.1 Garantia mínima de 12 (doze) meses, sendo 03 (três) meses de garantia legal, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, acrescida de 09 (nove) meses de garantia adicional do fabricante.

5.2.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica, sem ônus adicional.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **6.5. Fiscalização:**

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **6.6. Fiscalização Técnica:**

6.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **6.7. Fiscalização Administrativa:**

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **6.8. Gestor do Contrato:**

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do objeto:**

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal/Fatura, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.2. Liquidação:**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. o prazo de validade;

7.2.2.2. a data da emissão;

7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. o valor a pagar; e

7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.4. A Nota Fiscal/Fatura equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação a contratação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IGPM.

7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.4.1.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor valor por item.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta ao SICAF, CEIS e CNEP.

8.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.2.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.2.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.2.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os requisitos de habilitação a seguir.

### 8.3. Habilitação Jurídica:

8.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.3.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

8.3.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009;

8.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.4. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

8.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 8.5. Qualificação econômico-financeira:

8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

#### 8.6. Qualificação Técnica:

8.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, ao objeto desta contratação, ou com o item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.6.1.1.1. Quantidades: no mínimo, 10 % (dez por cento) da quantidade do objeto licitado;

8.6.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço estimado total da contratação é de R\$ 41.366,70 (quarenta e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.1.1. Unidade Orçamentária: 11504 – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Alagoas;

10.1.2. Fonte de Recursos: 501 – Outros Recursos não vinculados.

10.1.3. Programa de Trabalho: 04.122.0004.2700 – Modernização do Órgão;

10.1.4. Elemento de Despesa: 449052-06 – Equipamentos e Material Permanente – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação;

10.1.5. Plano Orçamentário: 001095 – Outras Despesas de Custeio;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.**

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA KAROLINA DE OLIVEIRA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 13:37:30.*